

A Intervenção Social da Biblioteca na Comunidade: Qualificação Individual e Crescimento Colectivo

Cláudia Brites, Vera Silva

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO SEIXAL

Quinta dos Franceses

2840-499 Seixal

Tel. 21 0976100

E-mail: {claudia.nunes,vera.silva} @cm-seixal.pt

RESUMO

As bibliotecas desempenham um papel relevante para a qualificação das pessoas, afirmação e exercício da cidadania ao providenciar-lhes acessibilidade a recursos informativos, culturais e tecnológicos.

Garantir a democratização ao seu acesso, promover a inclusão social e a valorização da comunidade são pressupostos em que assentam a visão, missão e objectivos da Biblioteca Municipal do Seixal.

Nesta comunicação pretende-se apresentar alguns projectos recentes que, estrategicamente, têm por finalidade contribuir para a materialização dos pressupostos do nosso trabalho que, enquanto práticas que desenvolvemos, gostaríamos de partilhar e discutir.

PALAVRAS-CHAVE: bibliotecas públicas, cidadania, intervenção social

INTRODUÇÃO

No painel temático em que esta comunicação se enquadra, “Cidadania e acesso à informação”, iremos apresentar alguns projectos que temos vindo a desenvolver. Todos eles, além de se enquadrarem em paradigmas, fundadores ou recentes, estabelecidos para as bibliotecas, têm como eixos comuns a afirmação da possibilidade e existência de perspectivas e de dinâmicas de mudança, o investimento no desenvolvimento humano e na coesão social, a promoção e valorização de uma cidadania informada, activa e crítica, um potencial de validade e interesse para as pessoas a quem tocam directamente e o contributo para que a acção da biblioteca possa fazer a diferença na comunidade. Temos consciência que estas acções são circunscritas e, por isso, o seu âmbito limitado, mas não deixam de abrir horizonte de projecção de continuidade, desenvolvimento e aplicabilidade quer local, quer em outros sítios onde possam ser consideradas de interesse.

Julga-se oportuno e pertinente a apresentação de um conjunto de reflexões visando contribuir para que este congresso seja também uma oportunidade de debate e abordagem de alguns limites reais e objectivos que as bibliotecas enfrentam, precisamente no âmbito do horizonte de concretização da visão, missão e objectivos das bibliotecas e da cidadania, enquanto forma consciente, crítica e actuante de estar no mundo.

A acção das bibliotecas, por via da informação e do conhecimento, deve partir da realidade e deve permitir, através da informação que transmite e do conhecimento que os sujeitos, crítica e activamente, adquirem e constroem, que eles possam influenciar e agir positivamente sobre a própria realidade. As bibliotecas posicionam-se assim na sociedade para a cidadania e o acesso à informação.

Esta comunicação constitui-se em duas partes: uma de reflexão, outra de práticas em que, na Biblioteca Municipal do Seixal, temos estado envolvidos no sentido de materializar a visão social que temos do papel das bibliotecas. Não desejamos renunciar a ideias adquiridas, a ícones identitários partilhados pelas bibliotecas, mas não faz especial sentido debitá-los como meros enunciados, antes procurar reflectir nos constrangimentos e oportunidades de materializar a visão que eles projectam para o crescimento integral das pessoas, para a sua intervenção cívica consciente, para a transformação e progresso social.

Temos uma longa experiência e a enorme vantagem de operarmos numa profissão que, desde há muito, tem adoptado um sólido conjunto de standards, normativas e protocolos sujeitos a sistemática revisão e actualização. Temos também um conjunto de paradigmas que são preciosos elementos de orientação para a nossa acção. Estes aspectos, actividades desenvolvidas, e boas práticas, são regularmente objecto de abordagem nos nossos encontros. Ao longo do tempo já construímos uma visão, pessoal e social, sobre o nosso papel enquanto profissionais e sobre o das próprias bibliotecas na sociedade. Menos presentes estão reflexões sobre o que as bibliotecas podem de facto ser, onde a sociedade as permite posicionar e para onde elas devem caminhar.

As bibliotecas públicas devem estar preparadas e apetrechadas com meios e recursos para dar resposta aos desafios da sociedade e para assumir o papel que lhes deve caber e, urgentemente, reflectirem relativamente aos limites objectivos que as transcendem, e na redefinição de estratégias para enfrentar uma sociedade em que valores como a igualdade política e a igualdade social não são, objectivamente, abordados de forma equitativa nos discursos prevalecentes, antes são frequentemente relegados para um plano não prioritário ou secundário.

A Sociedade da Informação deveria permitir-nos progredir e participar individualmente, com maior intensidade e equidade, de modo activo e efectivo, no (e do) desenvolvimento global. Fazer escolhas conscientes, é também para o que deve servir a informação e o conhecimento. Não se pode todavia contornar a realidade, também existente, de uma cultura e informação tablóide, que transforma a informação em trivialidade supérflua, em entretenimento descartável. E aqueles que hoje são desfavorecidos, entre outros domínios, no acesso à informação, competências para a usar e capacidade de reflexão, escolha e sentido crítico, dificilmente poderão, plenamente, ser parte activa da sociedade e, também, dificilmente, poderão progredir nas vertentes económica, social e cultural.

Dispensamo-nos de referir o que é já um adquirido entre nós: a importância das bibliotecas e da leitura, das literacias, das tecnologias, *do longlife learning*, das transformações que já se sentem e perspectivam no que diz respeito a suportes alternativos ao livro e à complementaridade biblioteca física/biblioteca virtual.

PRESSUPOSTOS PARA A CIDADANIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Propomo-nos, na primeira parte desta comunicação fazer uma abordagem sobre aspectos habitualmente menos discutidos nestes nossos encontros e partilharmos algumas reflexões e informações de várias fontes, centrando-nos em algumas questões políticas que, frequentemente não costumam ser abordadas neste tipo de iniciativas.

E porquê? Porque todos já partilhamos a ideia de que o livro e as bibliotecas foram e são para os leitores absolutamente imprescindíveis para a sua formação, reflexão, capacidade de resistir ou impor alternativas e este papel da leitura e das bibliotecas deverá perdurar, independentemente do livro, enquanto suporte, ter, no mundo contemporâneo, e nas sociedades do futuro, de partilhar o seu estatuto e papel. Também temos a noção que não basta espalhar computadores. Há que conseguir uma boa competência formal básica, conhecimentos e cultura para as pessoas se movimentarem na sociedade da informação e prosseguirem o processo de aquisição de conhecimentos. Refira-se que Zeinal Bava constata que os adolescentes movimentam-se bem na net nas actividades lúdicas, mas continuam a ter dificuldade em se organizar em torno de um projecto. O australiano **Gayner Eyre** referiu, num dos congressos da IFLA, que 25% dos adultos não possui competências de literacia para o mundo moderno; e muitos mais são iletrados funcionais (só nos USA, 40 a 45 milhões de pessoas não são capazes de compreender materiais escritos que requeiram mais do que uma baixa capacidade de leitura). O Conselho Europeu de Lisboa estabeleceu, já há alguns anos, como principal objectivo para a política educacional da União *“produzir um capital humano rentável ao serviço da competitividade económica”*. Richard Hatcher relata que, em Inglaterra, o governo trabalhista iniciou uma reforma do sistema escolar com base na lógica da rentabilidade (Ken Jones in *Education in Britain*), através de agências governamentais que inspecionam as escolas,

supervisionam a formação inicial e contínua dos docentes, asseguram a sua reciclagem e formação e ainda, quer através de mecenato, quer através da privatização, pretendem transformar a administração e o funcionamento dos serviços do sistema educativo público. Porque vos referimos isto? Porque pensamos que a leitura, a que todos sempre reconhecemos uma importância incontornável, ganhará certamente novos entraves na perspectiva que dela tem a UNESCO, e que nós partilhamos: ela é uma forma de aceder à globalidade da criação da mente e do género humano. O Livro Branco, editado há cerca de dois anos pelo governo inglês, segundo um comentador, *“em vez de manter um tronco comum de matérias até aos 16 anos, esse livro prevê uma orientação para o ensino profissional aos 14 anos, sob a direcção do patronato - e cita - queremos pôr os empregadores no posto de comando para que eles tenham um papel decisivo na fixação dos percursos educativos e na definição pormenorizada no conteúdo dos diplomas”*. Ou seja, uma base de conhecimentos vendidos ao desbarato e à medida, sem ciências sociais, sem humanidades, sem línguas vivas e sem artes. Uma espécie de equivalente educativo do salário mínimo – e com lógica, visto ser para aí que essa base educativa há-de levar os alunos dos estratos populares. Um documento de trabalho de Março de 2004 do Comité do Conselho dos Negócios e da Indústria da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), apresentado em Dublin numa reunião de ministros da educação, refere *“em nossa opinião, incumbe ao governo a responsabilidade principal em matéria de formação inicial. Os empregadores e as empresas contribuem para isso, trabalhando com o governo e com as instituições educacionais, no sentido de lhes prescreverem objectivos claros em função das necessidades do mercado”* (Richard Hatcher, director de investigação na Faculdade de Ciências da Investigação University of Central England, Birmingham).

Ora não se nega que parte desta perspectiva não seja útil e importante. O que não deve é ser equacionada como finalidade única, e não pode ser feita na óptica de marginalizar, cada vez mais, franjas extensas da humanidade, que estão para além das estritas necessidades quantitativas da infra-estrutura humana minimamente necessária para viabilizar o funcionamento da economia de mercado. A globalidade da sociedade deve ser mais do que apenas a sua economia e a tecnologia disponível.

É hoje evidente que estaremos, provavelmente, num daqueles momentos decisivos e de moldagem civilizacional do que irá ser, ou **do que poderá ser** o futuro. Deve-nos preocupar um mundo que, se deixou de estar dividido em blocos políticos e militares, está separado por uma linha trágica entre os que podem tirar partido da globalização, e os que dela são excluídos, e para o facto de a globalização da economia estar também a favorecer a globalização da pobreza, do desemprego, da virtualidade das entidades patronais, do desequilíbrio ambiental. A mesma globalização que torna também mais difusos os alvos das causas da situação que alastra pelo planeta.

Somos frequentemente e racionalmente convencidos, ou seduzidos, através daquilo que, já há alguns anos, Leo Marx designou por *“a retórica do sublime tecnológico”*, a qual *“varre todas as dúvidas, os problemas, as contradições”*, a pretexto da importância de manter ou aprofundar a actual ordem das coisas, a fim de se atingirem superiores patamares de crescimento, que se confunde com desenvolvimento. E nós, os bibliotecários, desejamos de facto, e bem, aderir ao conceito de biblioteca virtual, a biblioteca verdadeiramente universal no presente e no futuro. Mas não devemos perder de vista que a tecnologia e o crescimento são importantes não por serem um fim em si, mas pelo que eles podem permitir em termos de progresso social e bem-estar humano. Ora nos últimos anos tal não tem acontecido apenas nesta perspectiva.

Gerir o conhecimento é também tornar o conhecimento visível e apropriável e, entre outras coisas, é isso o que fazem as bibliotecas. E esta é, entre outras, uma das razões porque elas devem continuar a providenciar às pessoas meios e recursos para estarem mais informadas, para, enquanto cidadãos, estarem conscientes das opções, dos desafios, e dos confrontos reais que são de facto importantes nas nossas sociedades. E isto enquanto ainda resta aos indivíduos, e aos Estados, alguma capacidade para definirem e influenciarem políticas positivas para a globalidade da sociedade. É por isso que as bibliotecas devem, eu diria quase que militantemente, posicionar-se contra a apatia, a ignorância, a que parece querer condenar-se a condição humana, num mundo de realidade virtual, onde a desigualdade económica e social, e a depredação do meio ambiente, são tristes realidades bem materiais.

Estes exemplos devem fazer-nos reflectir sobre o facto de uma ordem económica, um projecto tecnológico, não serem *per si* um projecto de sociedade; uma sociedade é também um projecto político, cultural e mental e nela, nem a rarefacção do acesso ao conhecimento e às criações da mente humana, nem as tecnologias, funcionam sozinhas: dependem de uma dinâmica social, de uma cultura técnica e da transmissão de conhecimentos.

Esta é uma das razões porque os profissionais da informação devem estar atentos aos sinais que se desenham para o futuro, não só das bibliotecas, mas da sociedade. De contrário, aquilo que ao longo do tempo melhor tem concretizado os objectivos e finalidades das Bibliotecas pode estar em causa numa ordem que se institucionalize contra os princípios que os profissionais das Bibliotecas tanto têm defendido, e onde se incluem as mais recentes e indisfarçáveis tendências censórias e limitadoras da expressão, do acesso e da liberdade. Quanto ao destino do que não seja incluído num pacote do básico para o jovem cidadão aprender, o considerado inútil, descartável, ocorre-nos à memória as cenas que François Truffaut filmou para FAHRENHEIT 451.

E, provavelmente, é por isso que, por todo o lado, o lucro e o mercado questionam e atacam o próprio Estado o qual, apesar de todas as suas disfunções, é ainda uma das últimas barreiras na defesa das nações e dos cidadãos menos protegidos. Num momento em que

cada vez mais se afirma a desterritorialização que atinge e fere os conceitos que tradicionalmente temos de cidadão e de cidadania, ultrapassada que está a ser a ligação a um dado lugar quando impera o princípio de se estar virtualmente numa rede universal, onde é que, num universo de intangibilidade, devem encontrar fundar as suas novas raízes a cidadania e a cultura? Por agora, menos Nação, menos Estado, tem significado diluição cultural e de valores, a demissão e o desinvestimento na segurança social, nos serviços de saúde, na educação, na desregulamentação de regras e princípios em que se deveria basear o contrato social entre a sociedade e os indivíduos. Jacques Atalli refere-se à Net como o sétimo continente, onde *“no interior desse continente, vazio de habitantes reais desenvolver-se-á um gigantesco comércio entre os agentes virtuais de uma economia de mercado pura e perfeita, sem intermediários, sem imposto, sem Estado, sem cargas sociais, sem sindicatos, sem partidos políticos, sem greves, sem mínimos sociais”*.

Reabrir a discussão sobre as funções do Estado é pertinente e ilumina o que permanece obscuro na nossa sociedade. As democracias encetaram, já há mais de um século, a implementação nas funções do Estado do que se convencionava designar por Estado social. Considera-se a liberdade um dos fundamentos das nossas sociedades, princípio matricial que se impôs desde o século XVIII. O Estado social visa garantir e assegurar condições básicas no domínio social, económico, cultural e educativo, aspectos essenciais para o acesso à liberdade, de forma a que os cidadãos pudessem actuar cívica, consciente, e criticamente nas dimensões pessoais, sociais, políticas e profissionais da sua vida quotidiana. As bibliotecas, a par com outras instituições, desempenhariam um papel coadjuvante para a concretização deste objectivo.

Todavia são também inquietantes na sociedade as manifestações colectivas de demissão, acomodamento e silêncio passivo. A par, foram-se reduzindo espaços de liberdade de expressão e afirmando-se a auto censura, a ideologia do politicamente correcto, que são ameaças que pendem sobre a liberdade, apesar de nenhum direito ser absoluto. As questões em torno da redistribuição da riqueza, estão a ceder espaço face à discussão em torno das representações, dos símbolos, da sustentabilidade do sistema. Não se pretende escamotear a validade e pertinência do combate mundial que se trava na luta pelo reconhecimento, pela identidade, por perspectivas alternativas num espaço global que tudo tende a unificar. Claro que importa aprofundar o pluralismo e reforçar o respeito pelos outros, meios para nos mantermos na senda da igualdade pelo efectivo reconhecimento das diferenças, direito que a todos assiste e que as bibliotecas também procuram garantir. Mas a maturidade de uma sociedade, que deve aceitar o que não é coincidente com os seus padrões, não tem de ser medida por tudo aceitar como equivalente. Devemos admitir práticas e contextos culturais diferentes mas não temos de nos submeter à neutralidade de apreciação. Apetece evocar Voltaire: *“discordo do que dizes, mas defenderei até à morte o teu direito a dizê-lo”*.

Apesar do que se poderia designar por processo de

despolitização em curso, evidente na “guetização” do discurso político centrado em interesses específicos, no ceticismo generalizado relativamente à política e aos políticos, começou a tornar-se evidente que a lógica do lucro e do mercado, como valores dominantes e a pretensão de tudo a si subordinarem, não estão a resolver, de uma forma equitativa e equilibrada, os problemas da sociedade, os problemas das pessoas.

Será inócuo, e por isso aceite, o mero enunciado de que pelo seu carácter de Serviço Público, a biblioteca pública pode e deve atenuar as diferenças entre os indivíduos no que diz respeito ao acesso à informação? São meritórios os paradigmas do Manifesto da UNESCO para as bibliotecas e, de facto, nas bibliotecas vamo-nos esforçando, melhor ou pior, com mais ou menos condições por os concretizar. A complicação e os limites surgem mesmo é no facto de a sociedade não estar efectivamente perspectivada e organizada com base nesses valores, nem tomar como prioridade a criação e generalização de condições efectivas e práticas, dos princípios enunciados para os serviços da biblioteca pública e de, as bibliotecas, não serem, nem poderem ser, exteriores à sociedade e às suas lógicas dominantes. O próprio conceito de leitor/utilizador, por oposição aos de consumidor/leitor ou de cliente/leitor, espelha opções conflituantes em torno da perspectiva da biblioteca na sociedade, dos seus serviços e da sua natureza.

Se a sociedade, não obstante os progressos históricos alcançados, não é ainda verdadeiramente inclusiva, e novos campos de exclusão são criados, isso limita que a biblioteca dos nossos dias se torne efectivamente uma **biblioteca inclusiva**, onde todos têm um lugar, onde todos poderão encontrar algo que lhes pode interessar tendo em vista a educação, a informação, o desenvolvimento pessoal e o direito à cultura e ao lazer. Apesar dos condicionamentos que enfrentamos, do contexto social, económico e tecnológico onde temos de operar, a biblioteca pública de hoje deve procurar continuar a apostar em serviços que vão ao encontro das necessidades reais dos utilizadores e da comunidade. Mas importa ter bem claro os limites objectivos, o horizonte possível para a sua concretização, sob pena de, ao fazermos apenas estas afirmações, confundirmos desejos e orientações programáticas com, o que deveria ser, a efectiva intervenção na realidade e, inconscientemente, estarmos também a contribuir para a ampliação de uma propaganda anestesiante e para a continuidade de uma ordem que não se pauta pela materialização dos princípios que proclamamos e nos devem orientar.

Os fundamentos das Bibliotecas Públicas continuam válidos na sociedade da informação, porque eles baseiam-se na preservação, difusão e acesso à cultura, ao conhecimento, à educação e à informação, invariantes que são necessidades permanentes das pessoas e dos colectivos humanos em que elas se integram e onde o capital social necessita de investimento social.

Nas “Memórias de Adriano”, Marguerite Yourcenar revela-nos a intenção do imperador para o Odéon: fazer

dele uma biblioteca modelo, pensando numa inscrição colocada no frontispício uma outra biblioteca: “Hospital da alma”. Considero que esta é uma das expressões mais tocantes com que as bibliotecas foram designadas. Dezanove séculos depois, este desígnio poderá continuar a inspirar-nos e ser levado mais além: ***bibliotecas, ateliers sociais para esculpir mentes e vidas que contribuam para melhor modelar as nossas sociedades.***

A INTERVENÇÃO SOCIAL DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DO SEIXAL NA SUA COMUNIDADE

As bibliotecas devem posicionar-se, no actual contexto social e na realidade da Internet, como parceiras propiciadoras de *social networking* (redes sociais), contribuindo para as literacias, para a difusão da informação e do conhecimento, instrumentos para ampliar a consciência das escolhas dos indivíduos, factores indutores de acção e partilha na comunidade, de convergência cívica em torno de interesses e práticas conjuntas.

Na Biblioteca Municipal do Seixal, temos estado envolvidos em práticas perspectivadas no sentido de materializar a visão social que temos do papel das bibliotecas. Não desejamos renunciar a ideias adquiridas, a ícones identitários partilhados pelas bibliotecas, mas mais do que enunciá-los, eles adquirem verdadeiramente sentido é na materialização da visão que projectam.

Apresentamos, seguidamente, alguns projectos enquadrados pela visão, missão e objectivos estabelecidos para as bibliotecas mas que, igualmente, procuram influir na vida das pessoas e contribuir para a afirmação e prática da cidadania.

O **Aprender numa tarde** é um projecto de formação em competências básicas de tecnologias de informação e comunicação para os munícipes. Esta iniciativa, que se iniciou já há quatro anos, está a ser desenvolvida em parceria com a R@to – Associação para a Divulgação Cultural e Científica. Consiste em oficinas de iniciação à informática que, até à data, têm tido o seguinte programa:

- *Iniciação à Informática*
- *Processamento de Texto*
- *Pesquisa na World Wide Web*
- *E-mail.*

As autarquias e os serviços que as integram, e onde se incluem as bibliotecas, estão a realizar a rotação de um anterior modelo de gestão para o modelo, que se pode designar, de “autarquias digitais”. Isto exige uma infraestrutura de TIC mais inovadora e abrangente, de forma que o relacionamento com os munícipes se processe com maior eficácia e proximidade. Mas, para isso, não basta oferecer serviços. Os munícipes têm de ter acesso e preparação para usarem as TIC, o que necessariamente remete para a necessidade de equacionar outros contextos educativos e de infra-estruturas que suportem estes novos relacionamentos. A literacia informática é também hoje indispensável na dimensão pessoal, social e comunitária. O direito reconhecido aos cidadãos de informar e ser informado,

foi ampliado também com o direito de informar-se, abrindo-se assim uma dimensão mais activa e autónoma aos indivíduos que, desde que disponham de recursos competências adequadas podem também produzir informação.

A **Bebeteca** é um serviço da Biblioteca Municipal do Seixal, especialmente concebido para os bebés até aos 36 meses onde, acompanhados pelos pais, familiares ou responsáveis de educação, os mais pequeninos têm um espaço lúdico para as suas primeiras brincadeiras e actividades. A Bebeteca visa a integração dos bebés na biblioteca, familiarizando-os com o livro e envolvendo os pais nesse processo. As actividades são orientadas por pessoal técnico especializado e monitores.

Na Bebeteca, um espaço seguro, são disponibilizados materiais lúdicos apropriados e realizam-se ateliers que visam fornecer aos bebés informação dimensionada às suas idades e estimular a sua criatividade, proporcionando-lhes, em contexto lúdico,

- participação activa e interacção com os seus acompanhantes e os outros bebés
- descoberta e familiarização com o livro
- realização de actividades de exploração promotoras do estímulo e desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, motoras, sensoriais, emocionais e sociais.

A Bebeteca é um espaço intergeracional onde os pais e acompanhantes adquirem informação sobre formas simples para, e com recurso a objectos do dia a dia, estimularem o desenvolvimento de competências dos seus bebés e interagirem com eles num ambiente dimensionado e apelativo para uma aprendizagem lúdica e activa pelos bebés.

As actividades da Bebeteca, planificadas anualmente, são:

- Brincar Livre
- Exploração Lúdica
- Atelier “Jogos de Descoberta”
- Atelier “Jogos Sonoros”
- Atelier “Música para Bebés”
- Atelier “Histórias para Pais e Filhos”
- Atelier “Pais Aprendem a Contar Histórias”
- Atelier “Riscos e Rabiscos”
- Atelier “Bebés Descubrem a Pintura”
- Atelier “Mimar e Tocar: reconhecer texturas”
- Atelier “Ginásticas para Bebés: classe de principiantes”
- Atelier “Ginásticas para Bebés: classe de iniciados”

O **BiblioDOMUS**, iniciado em 2006, é um serviço de apoio à leitura domiciliária para os munícipes com problemas de mobilidade permanentes ou temporários.

São objectivos do BiblioDOMUS, ser um serviço que efectivamente garanta aos utilizadores com necessidades especiais, condicionados por limitações de mobilidade,

- o cumprimento da visão, missão e objectivos da Biblioteca Municipal do Seixal;
- promover a inclusão social;
- contribuir, em termos de serviço de leitura pública para a democratização da prestação de serviços, apoiar os direitos de cidadania, valorização e crescimento das pessoas.

Pretende-se que estas pessoas, apesar das suas limitações, possam como todos os outros cidadãos, usufruir dos seus direitos de acesso à cultura e à informação.

O Gabinete de Acção Social e a Biblioteca Municipal são as estruturas da Câmara Municipal do Seixal que asseguram este serviço que, adaptado às necessidades especiais dos seus utentes, se pauta pelos critérios gerais de funcionamento dos serviços regulares da Biblioteca.

Os utilizadores podem, pela Internet ou pelo computador portátil que acompanha o serviço domiciliário, consultar a base de dados da Biblioteca Municipal do Seixal a fim de se informarem sobre a existência e disponibilidade dos documentos. O acesso a esta base de dados pode ser feito pela Internet ou pela consulta domiciliária do computador portátil que acompanha a prestação do serviço. Neste caso, se necessário, os leitores podem contar com a funcionária que, nos seus domicílios, lhes presta apoio. O mesmo se passa quando desejam obter qualquer informação sobre as nossas existências e podem ainda contactar-nos por telefone ou e-mail.

Após a identificação dos documentos seleccionados por qualquer um dos procedimentos anteriormente referidos, os serviços municipais parceiros deste projecto fazem chegar os documentos aos domicílios dos utentes e procedem à recolha dos que lhes foram anteriormente emprestados. Todo este processo é registado em impressos apropriados, sendo deles entregue uma cópia aos utentes com a finalidade de se constituir como um comprovativo do empréstimo e da respectiva devolução.

As visitas domiciliárias de entrega e recolha de documentos são objecto de uma rotina acordada com os leitores domiciliários. Os serviços municipais comprometem-se a informar os leitores de qualquer alteração imprevista que ocorra, ajustando com eles uma nova data e garantem, por motivos de segurança, que nunca enviarão nenhum funcionário que eles não tenham conhecido anteriormente.

Os utilizadores poderão apresentar as críticas e/ou sugestões que julguem poder contribuir para a melhoria dos serviços prestados, pois os técnicos que garantem o Serviço Domiciliário de Apoio à Leitura estão sempre munidos dos impressos destinados a esta finalidade e faculta-os quando os leitores os solicitarem.

Além do serviço de entrega e recolha de livros e outros suportes, estes leitores domiciliários podem também beneficiar do Serviço de Informação à Comunidade, que lhes fornece informação que estes utentes

necessitem para o seu quotidiano e que tenham dificuldade em aceder ou encontrar.

Depois da fase piloto, em que o BiblioDOMUS se tem estado a desenvolver, está a ser avaliado, para entrar em funcionamento pleno em Abril de 2007.

Acreditamos que, mais tarde, este projecto possa vir a ter também outros objectivos, como, por exemplo, a leitura acompanhada, parceria com escolas, estágios ou voluntariado e ainda outras novas vertentes.

O **Dar de Volta** é um projecto, iniciado em 2006, que visa proporcionar aos municípios a reutilização de manuais escolares que já não sejam necessários e que possam ser reaproveitados, apoiando a comunidade e rentabilizando não só os rendimentos familiares, mas também o meio ambiente. Dar de Volta é um projecto que conta com todos, e se baseia nos conceitos de solidariedade, e rentabilização de recursos. Através desta rede social de partilha:

- facilita-se a todos alguns dos meios essenciais ao processo individual de acesso às vantagens do ensino e da aprendizagem, valores fundamentais para a construção das pessoas e afirmação social da democracia;
- aproveitam-se melhor os rendimentos familiares, por via de uma prática de racionalização e reaproveitamento de recursos;
- afirmam-se perspectivas ecológicas, contribuindo para a promoção do ambiente e combate ao desperdício.

Para participar no Dar de Volta basta entregar os manuais na Biblioteca Municipal do Seixal, Amora e Corroios, nas escolas que aderiram ao projecto e nos Pontos de Acesso da Biblioteca existentes nas várias Lojas do Município, estruturas flexíveis que visam a descentralização dos serviços.

Depois de recolher os manuais, a Biblioteca Municipal, procede à organização dos mesmos e, com os manuais actualizados que são oferecidos, cria uma base de dados, que é colocada para consulta na Internet no início do mês de Setembro, estando acessível na biblioteca e respectivos núcleos, nos Postos de Acesso da Biblioteca Municipal e no site da autarquia. Posteriormente, os manuais são facultados aos municípios que os solicitem.

Para proceder à consulta e reservar um manual, os interessados só têm de aceder ao Catálogo da Biblioteca e, no campo "Pesquisa", seleccionar a base "Dar de Volta", escrever o ano escolar a que o manual se destina, separar por um espaço e escrever a seguir o nome da disciplina (Exemplo: 9º ano Português). Se a pesquisa for positiva, podem então, por telefone, e-mail ou fax, contactar uma das bibliotecas para reservar o manual e, depois levantarem o documento.

O funcionamento desta iniciativa é simples, quer na fase de disponibilização, quer de recolha dos manuais. Para colaborar, o município deverá disponibilizar, a partir do final do ano lectivo (entre Junho e Agosto), os manuais escolares que já não lhe são necessários,

fazendo a respectiva entrega na Biblioteca Municipal do Seixal, nos Pólos de Amora, de Corroios, nos Pontos de Acesso da Biblioteca existentes nas várias Lojas do Município ou ainda nas escolas que tenham aderido ao projecto.

Os manuais que não estejam actualizados, não são objecto de registo na base de dados "Dar de Volta". São colocados na banca "Livros procuram..." (um espaço permanentemente activo para permuta e recolha de todos os documentos que são oferecidos à biblioteca e que não têm pertinência para integrar o fundo documental e que os leitores podem levantar livremente). Ainda que desactualizados, estes manuais são muito procurados.

"Direitos por Direito?" é um projecto de formação para a cidadania, aquisição de competências informativas e oportunidade de as crianças, criticamente, exprimirem as suas próprias visões, analisarem e reflectirem conceitos afectos aos direitos humanos enquanto paradigmas de dignidade e coesão nas nossas sociedades. Este projecto, iniciado este ano, é reforçado por os Direitos Humanos constituírem o tema para a generalidade das actividades a desenvolver em 2007 nos serviços educativos da biblioteca e por duas maletas pedagógicas, uma delas em itinerância pelas escolas. "Direitos por Direito?" tem como objectivo fazer com que as crianças, numa primeira fase com idades entre os 8 e os 13 anos, quer enquadradas pelas escolas ou participantes a título individual, exponham, analisem e reflectam conceitos afectos aos direitos humanos, com base em leituras, quer de documentos textuais, quer iconográficos ou sonoros. Em contextos modulados por metodologias de abordagem de *filosofia para crianças*, promove-se a reflexão e o debate sobre os direitos humanos, transpondo conceitos que lhe são inerentes para o plano da comunicação, das pedagogias e das expressões, fomentando nas crianças o espírito de cidadania, reflexão crítica e responsabilidade sobre a prática dos direitos humanos. Estimular a reflexão e produção de conteúdos pelas crianças participantes no projecto, e dar-lhes o devido suporte e visibilidade, quer como um produto da acção, quer como testemunho, quer como meio de reconhecimento e motivação, são também um objectivo deste projecto. Constituem-se também como objectivos de "Direitos por Direito?" que algo de adicional seja incorporado pelos participantes por via do seu envolvimento nas actividades do projecto e nas das escolas.

O projecto "Direitos por Direito?" insere-se no âmbito da promoção da leitura, perspectivando a informação e a formação para a cidadania e a aquisição de competências informativas e oportunidade de as crianças exprimirem as suas próprias visões.

São objectivos deste projecto:

- 1 - expor, analisar e reflectir conceitos afectos aos direitos humanos com base em leituras, quer de documentos textuais, quer iconográficos, sonoros ou outros, dinamizando desde cedo o conhecimento, a aprendizagem e a prática dos Direitos Humanos.

2 - promover a visibilidade, reflexão e debate sobre os direitos humanos transpondo conceitos que lhe são inerentes para o plano da comunicação, das pedagogias e das expressões no contexto de actividades lúdico-formativas.

3 - fomentar nas crianças o espírito de cidadania, reflexão crítica e responsabilidade sobre a prática dos direitos humanos enquanto paradigmas da dignidade e coesão nas nossas sociedades.

4 - estimular a reflexão e produção de conteúdos pelas crianças participantes no projecto e dar-lhes o devido suporte e visibilidade, quer como um produto da acção, quer como testemunho, quer como meio de reconhecimento e motivação.

A partir do enquadramento dado pela leitura e discussão em torno dos direitos humanos, os participantes devem poder projectar as suas visões e expressões (verbais, textuais e plásticas) sobre esses direitos e dominarem melhor as competências básicas de pesquisa e elaboração de informação e utilização de recursos informativos e também aquisição de competências informativas e interpretação no domínio das artes plásticas e da música a partir do tema Direitos Humanos.

Espera-se que surjam, a partir dos materiais disponibilizados, uma pluralidade de leituras e perspectivas que estimulem o gosto e interesse pela leitura e pela informação e que as crianças se sintam motivadas a produzir conteúdos baseados nas abordagens, reflexões e discussões sobre os direitos humanos nas quais participaram e que possam ter uma *memória activa* da sua intervenção neste projecto.

A partir das premissas de abordagem os participantes devem poder construir uma visão social e pessoal sobre os direitos humanos, baseada num processo de interactividade, descoberta e multiplicidade de olhares e espera-se que esta experiência contribua para criar cidadãos críticos e conscientes, activamente envolvidos na dinâmica de numa sociedade democrática.

A participação das crianças neste projecto deve constituir-se como uma oportunidade para que, enquadradas por um conjunto de conhecimentos válidos e significativos, elas possam construir melhor a sua identidade, tenham uma melhor percepção de si e de como são, de como agem no grupo a que pertencem, na comunidade que os rodeia e de como esta os integra e vai acomodando as suas acções. O reconhecimento vivenciado de a interacção ser um processo inerente aos indivíduos, ao grupo e à comunidade a que pertencem.

Espera-se que este projecto tenha aceitação e potencial de se inserir de forma continuada nos projectos educativos das escolas e da Biblioteca Municipal e de promover, em outras instituições e locais, o interesse pela leitura e pelo desenvolvimento de actividades em torno dos direitos humanos destinadas a crianças e a jovens. Este projecto deve constituir-se numa experiência que permita o reforço e cruzamento de sinergias das bibliotecas escolares e da Biblioteca Municipal, um percurso já longo, que as escolas do concelho e o SABE da Biblioteca Municipal do Seixal

continuam muito positivamente a desenvolver, afirmando e salvaguardando os factores de identidade entre as instituições.

Espaço Intercultural, é um serviço, em fase de implementação, e que visa a disponibilização de recursos documentais e informativos para minorias nas suas línguas maternas, informação relevante e actividades especificamente preparadas para as pessoas provenientes de outros países e culturas.

Visa ser um espaço de inclusão, democratização do acesso ao conhecimento, à cultura e à informação e de sociabilização na comunidade. Importa reconhecer esta nova realidade multicultural, existente no concelho do Seixal, e que se afirma na generalidade da sociedade, e desenvolver uma concepção de interacção entre as culturas, visão que se deve materializar em projectos especificamente centrados na interculturalidade, convivência, identidade, e criação de laços de afectividade e pertença.

O espaço intercultural constituir-se-á como um elo para todos os indivíduos interessados em conhecer a sua herança cultural e a manterem-se actualizados com a informação, as criações culturais e estudos sobre os seus universos de origem, aspectos essenciais para a sua coesão e estruturação enquanto indivíduos e enquanto grupo. Num tempo em que a mobilidade das pessoas é uma realidade, importa assegurar factores de identidade, facilitar a partilha de experiências e das diferenças culturais.

É implícito ao conceito de interculturalidade a interacção entre os indivíduos de diferentes matrizes culturais, o que é essencial para o mútuo conhecimento e aceitação do outro. Ao proporcionar informação multicultural e multilingue promove-se também, de forma activa e crítica, a participação cívica democrática e está-se contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais harmoniosa e participada.

O mundo todo é a nossa casa comum. Por isso, se todos partilharmos o mesmo quotidiano, se todos devemos dar o nosso contributo para o desenvolvimento colectivo da sociedade de que fazemos parte, todos devemos também poder manter o que na diversidade nos distingue e enriquece a natureza humana: a identidade individual e colectiva.

Histórias de Bonecas foi um projecto entre gerações, realizado em 2004 e que vai ser retomado no próximo ano. Com o apoio das AURPIS (Associação Unitária de Pensionistas e Idosos), foi desenvolvido com idosos para promover o reencontro de culturas de infâncias e a transmissão de informação e experiências de brincar dos mais velhos que, na sua infância, faziam os seus próprios brinquedos e agora, os voltaram a fazer junto das crianças em contexto de ateliês realizados na Biblioteca e nas escolas.

Brincar é também um acto formativo e informativo pelas associações e experiências de papeis e situações que o jogo em geral, e o jogo simbólico do “faz de conta” em particular, permite às crianças. Foi nossa

intenção reconstruir um pouco do elo em ruptura entre os modelos contemporâneos de brinquedos produzidos em série e os brinquedos populares concebidos em saberes tradicionais e o encanto de os ver e fazer com as próprias mãos.

“Histórias de bonecas”, que teve também um dos seus momentos altos numa exposição de bonecas de senhoras idosas que as tinham conservado desde sempre e contaram as histórias de vida que lhes tinham ficado associadas, foi uma forma de as crianças da nossa comunidade partilharem o significado da experiência, ainda viva em muitos sítios, daquelas crianças que, ainda hoje, constroem os seus brinquedos nos universos não ocidentais, onde fazer o brinquedo é tão importante como o brincar. Estes meninos puderam redescobrir brinquedos populares, fazê-los e ouvir contar histórias antigas associadas a esses brinquedos, ao universo da cultura material da infância dos idosos, que vieram ter com eles à biblioteca ou foram às suas escolas.

Seixal Qu@lifica

É um projecto para a qualificação e certificação dos municípios para a Sociedade da Informação. Está nesta altura em fase de apreciação a possibilidade de se desenvolver não apenas no Seixal mas, de forma mais lata, no contexto do Grupo de Trabalho das Bibliotecas da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS). Tendo em consideração o que somos, este projecto tem, para além do seu valor intrínseco, plena adequação à natureza e objectivos das bibliotecas em geral e do Grupo de Trabalho das Bibliotecas da AMRS em particular.

Projecto para a promoção e certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação, Seixal Qu@lifica perspectiva a informação e a formação neste âmbito, e no contexto actual, como imprescindíveis para a necessária qualificação das pessoas, a cidadania e a democracia.

Os seus objectivos são:

- Generalizar formação básica em TICs.
- Promover e estimular competências em TICs.
- Certificar as competências adquiridas em TICs.
- Contribuir para a concretização de alguns dos objectivos das Bibliotecas Públicas: oferecer a todos o livre acesso à cultura e à informação, possibilitar o uso de equipamentos de tecnologias de informação e comunicação, promover actividades de forma a dar resposta às necessidades de informação e formação das pessoas, contribuir para a aprendizagem ao longo da vida e para a qualificação das pessoas e das respectivas comunidades.
- Posicionar os municípios do Distrito de Setúbal como agentes activos na qualificação das pessoas e factores de modernização e competitividade das suas comunidades.
- Afirmar socialmente as bibliotecas nas suas comunidades
- Evidenciar problemáticas actuais que são adjuvantes ou oponentes à concretização dos direitos de cidadania por via da literacia informática.

- Valorizar a importância individual e social da interiorização e prática vivenciada do significado do domínio de competências em TICs na nossa sociedade ao estimular nos formandos o reconhecimento pelas vantagens de possuírem competências em TICs e envolve-los numa prática pessoal de como estar e participar na sociedade da informação

- Promover, pela generalização que o seu impacto visa, a democratização do acesso à informação e ao conhecimento e atribuir a respectiva certificação de aquisição de competências informáticas.

- Destacar as Câmaras Municipais e o próprio Distrito no panorama nacional ao qualificar os seus habitantes, enquanto recursos humanos e enquanto cidadãos, perspectivando este projecto como uma iniciativa regular e de continuidade nos seus diversos âmbitos locais (AMRS.AlmadaQu@lifica; AMRS.PalmelaQu@lifica; AMRS.SeixalQu@lifica etc.).

- Associar de forma concertada e alargada a uma escala regional as bibliotecas públicas num projecto generalizado de formação em TICs.

- Diversificar e qualificar competências dos recursos humanos de cada biblioteca e igualmente o alargamento do panorama das actividades passíveis de desenvolver pelas bibliotecas.

O impacto esperado é que a partir do enquadramento e transmissão de conhecimentos dados pela formação, os participantes devem poder demonstrar a sua aptidão e competências dominando os objectivos do plano formativo nos domínios da manipulação dos equipamentos, pesquisa e elaboração de informação e utilização de recursos informativos electrónicos. Deverá decorrer das premissas de abordagem, que os participantes possam construir uma visão social e pessoal sobre as TICs baseada num processo de novos conhecimentos, aquisição de competências, interactividade e partilha de experiências vivenciadas ao longo da formação. Espera-se que a partir da participação neste projecto se afirmem perspectivas que estimulem o gosto e interesse pela leitura, pela informação, pelo potencial representado pelo acesso e uso de TICs e o reconhecimento pela importância que as autarquias e as bibliotecas podem ter para a qualificação das pessoas e que este projecto tenha aceitação e potencial de promover, em outras instituições e locais, o interesse pelo desenvolvimento de actividades em torno da formação e qualificação das pessoas.

CONCLUSÃO

A Biblioteca Municipal do Seixal é um serviço público, que tem como visão contribuir para o pleno desenvolvimento da comunidade onde se integra, promovendo valores humanos fundamentais e o exercício dos direitos humanos e da cidadania. É sua missão ser um serviço público gratuito que proporciona o livre acesso à informação, formação e à cultura a todos os municípios independentemente das suas idades, sexo, raça, origem, condição de saúde, níveis culturais e económicos, credos religiosos ou opções políticas. Estes

pressupostos, afirmados pela UNESCO, são reconhecidos e prosseguidos pela Câmara Municipal do Seixal e pela sua biblioteca que tem por objectivos proporcionar a todos os munícipes o livre acesso à cultura e à informação, possibilitando o uso de equipamentos de tecnologias de informação e comunicação e a consulta e leitura de livros, periódicos, documentos audiovisuais, multimédia e electrónicos, e promoção de actividades de forma a dar resposta às necessidades de informação, cultura, lazer e educação das pessoas ao longo da vida, prosseguindo os objectivos de promoção da cultura e do conhecimento, valores fundamentais para a sociedade humana.

O nosso trabalho diário, os projectos que temos desenvolvido e de parte dos quais aqui damos conhecimento, são a forma como intervimos socialmente no Seixal, quer na comunidade, quer no quotidiano das pessoas com quem interagimos. Acreditamos, que ainda que de uma forma limitada, o trabalho dos profissionais de biblioteca pode ajudar a fazer alguma diferença e que as oportunidades das pessoas que vivem em sítios onde existe uma biblioteca, ou onde ela não existe, não são exactamente as mesmas e que a sua vida pode modular-se de outras formas, pois também somos muito do que lemos, do que aprendemos, do que sabemos, e essas experiências e conhecimento também nos constroem, acompanham e projectam-se na sociedade.

Por isso, é importante promover e afirmar as bibliotecas. Por isso devemos defender políticas que lhes garantam sustentabilidade e desenvolvimento e, bom seria, que a sociedade se procurasse organizar, em bases mais justas e equitativas, e criasse condições para que documentos como o Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas ou a Declaração Universal dos Direitos do Homem valessem, não por serem os inspiradores documentos que são, mas por serem realidades. Até lá, nas bibliotecas públicas, vamos continuar a contribuir para a formação e informação das pessoas, para que o mundo fique mais povoado de cidadãos mais qualificados, esclarecidos, civicamente conscientes e participativos. Mais do que cidadania e acesso à informação, teríamos a cidadania para a afirmação de paradigmas de dignidade, desenvolvimento e coesão nas nossas sociedades.

NOTAS